

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente - José Ferraz - **PTB**
1º-Vice-Presidente - Elmiro Nascimento - **PFL**
2º-Vice-Presidente - José Militão - **PSDB**
3º-Vice-Presidente - Rêmoló Aloise - **PMDB**
1º-Secretário - Elmo Braz - **PP**
2º-Secretário - Roberto Carvalho - **PT**
3º-Secretário - Bené Guedes - **PDT**
4º-Secretário - Sebastião Helvécio - **PP**
5º-Secretário - Amílcar Padovani - **PTB**

PÁG.

- 1- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO](#)
 - 2- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
 - 3- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 2.263/94**

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e Ação Social, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Comissão de Constituição e Justiça
Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe, enviado à Assembléia Legislativa por meio da Mensagem nº 552/94, autoriza o Poder Executivo a instituir o Sistema Estadual de Medicina de Urgência - SEMUR - e dá outras providências.

Em virtude de requerimento aprovado em Plenário, a proposição, publicada em 14/12/94, tramita em regime de urgência, tendo sido distribuída às Comissões supramencionadas para, em reunião conjunta, receber parecer.

Esta Comissão passa, pois, ao exame dos aspectos jurídico, constitucional e legal da matéria, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, V, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A eficácia dos serviços públicos de saúde tem sido largamente questionada pela sociedade. Há mesmo consenso generalizado de que as políticas de saúde adotadas pelo Estado devem ser reformuladas com a máxima urgência, de modo a garantir a necessária melhoria de qualidade dos serviços médicos e hospitalares oferecidos à população.

O objetivo da proposição em apreço é, justamente, iniciar um processo de modernização da gestão dos serviços de saúde oferecidos pelo Estado mineiro. Pretende-se instituir, na modalidade de serviço social autônomo, o Sistema Estadual de Medicina de Urgência - SEMUR -, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que deverá prestar serviços de assistência médica gratuita à população desta Capital e da região metropolitana e, ainda, desenvolver atividades de caráter educacional e de pesquisa.

Assim, com fulcro no inciso V do art. 14 da Constituição mineira, concebe-se uma inovadora entidade de direito privado, integrante da administração pública indireta do Estado e dotada de instrumentos mais adequados para desempenhar com rapidez e eficiência suas atividades.

Para a composição do referido sistema, o projeto autoriza o desmembramento do Hospital João XXIII, que atualmente pertence à Fundação Hospitalar do Estado de Minas

Gerais - FHEMIG. Ele passa a denominar-se Hospital de Pronto Socorro João XXIII e integrará o SEMUR na qualidade de unidade central, cabendo-lhe exercer as funções e as atividades de caráter normativo e prestar os serviços de atendimento nosocomial e ambulatorial.

Por outro lado, a proposição prevê a realização de contrato de gestão, a ser celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o SEMUR, visando a assegurar a plena autonomia técnica, administrativa e financeira do mencionado sistema. Conforme exige o art. 73 da Constituição do Estado, foram introduzidos mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação da execução do contrato em questão.

A matéria insere-se entre aquelas de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos da alínea "e" do inciso III do art. 66 da Carta mineira. Além do mais, conforme estabelece o art. 90, XIV, da mesma Carta, compete privativamente ao Governador do Estado dispor sobre a organização e a atividade do Poder Executivo.

Sendo assim, no que diz respeito à competência e à iniciativa, o projeto em comento coaduna-se com os imperativos constitucionais. A proposição atende, também, aos princípios consignados pelos arts. 186 a 191 da Constituição Estadual e não contraria as disposições da Lei nº 8.080, de 1990, que institui o Sistema Único de Saúde - SUS.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 2.263/94 na forma proposta.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 1994.

Jorge Hannas, Presidente - Célio de Oliveira, relator - Antônio Júlio - Maria Elvira - Bernardo Rubinger - Adelmo Carneiro Leão (voto contrário).

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

O Governador do Estado, no uso de suas atribuições constitucionais, enviou a esta Casa, por meio da Mensagem nº 552/94, para apreciação, o Projeto de Lei nº 2.263/94, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Sistema Estadual de Medicina de Urgência - SEMUR - e dá outras providências.

Examinado o projeto preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, vem a matéria a esta Comissão, em regime de urgência e em reunião conjunta, para receber parecer sobre o mérito, em obediência ao que dispõe o Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame reveste-se da maior importância, não só pelo assunto a que se refere, mas, sobretudo, por se ocupar de um problema crônico da assistência à saúde: os atendimentos emergenciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A escolha da localização geográfica do sistema que se pretende implantar é plenamente justificável, tendo em vista o grande fluxo de pacientes de localidades vizinhas para a Capital, em busca de atendimento imediato, que, por razões diversas, não pode ser prestado, atualmente, em suas regiões.

Mesmo que esse fator não fosse considerado, a deficiência e a precariedade dos serviços prestados no grande conglomerado urbano em que se situa a Capital já justificariam a instalação prioritária de um sistema de atendimento dessa natureza na região, desde que não se perca de vista a necessidade da interiorização dos serviços médicos.

O SEMUR traz como inovação o uso de práticas modernas de administração, sem contrariar, contudo, o previsto na Lei nº 8.080, de 1990 - a lei do SUS -, e abriga em sua organização um dos mais atuais modelos de gerenciamento, que é o contrato de gestão, colocando, como prestador de serviços, o serviço social autônomo, de caráter privado, de forma a oferecer ao cidadão a assistência que as entidades de natureza pública não têm sido capazes de proporcionar.

Integrando as ações do Estado e do município, o novo sistema terá como órgãos superiores de administração um conselho e uma diretoria. O Conselho Administrativo, responsável por ações de natureza normativa, consultiva e de controle, será formado, entre outros, por membros de diversos órgãos e entidades, garantindo-se, portanto, participação mais ativa da sociedade.

O SEMUR apresentará, ainda, anualmente, à Secretaria da Saúde e ao Tribunal de Contas do Estado relatório sobre a execução de seus serviços.

Como é de amplo conhecimento, um dos principais problemas do Sistema Único de Saúde é a escassez de recursos humanos. Com as mudanças introduzidas pela instalação do novo sistema, acreditamos que essa questão, se não for resolvida, pelo menos terá seus efeitos minimizados, tendo em vista os critérios adotados para a contratação de pessoal, que prevêem, entre outros requisitos, o cumprimento de jornada integral de trabalho e o regime de dedicação exclusiva. Oferece, também, o novo sistema, a opção de os atuais servidores do Hospital João XXIII a ele se integrarem, caso lhes seja conveniente.

Vemos, pois, como oportuna a aprovação do projeto em exame, acreditando que a aplicação das medidas por ele preconizadas contribuirá para elevar o padrão de saúde

do povo mineiro.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.263/94 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 1994.

Jorge Hannas, Presidente - Jorge Eduardo, relator - Adelmo Carneiro Leão (voto contrário) - Wilson Pires (voto contrário).

Comissão de Administração Pública

Relatório

De autoria do Governador do Estado, encaminhado à Assembléia Legislativa por meio da Mensagem nº 552/94, o projeto de lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a instituir o Sistema Estadual de Medicina de Urgência - SEMUR - e dá outras providências.

Publicada em 14/12/94, a matéria, com tramitação em regime de urgência, foi distribuída a esta Comissão, em virtude de requerimento do Deputado Gilmar Machado, para, nos termos do art. 195, c/c o art. 103 do Regimento Interno, receber parecer.

Fundamentação

A criação do SEMUR constitui fato de indiscutível relevância, conforme argumenta o Governador do Estado na mensagem que encaminha o projeto em exame.

As ações do poder público na área de saúde e em especial no campo do atendimento de urgência devem ser amplas, rápidas e eficientes, pois envolvem, muitas vezes, a garantia do direito à vida, o maior dos direitos individuais consagrados pelo ordenamento constitucional brasileiro.

A nova estrutura adotada para o atendimento de urgência, inovando na forma de administração de bens e pessoal, vem contemplar alguns dos requisitos acima mencionados, além de possibilitar maior flexibilidade no tratamento das questões salarial e de pessoal. Ao escolher a forma do serviço social autônomo, consagrada pela sua prática em entidades como o SESI, o SENAI, o SENAC e na Associação das Pioneiras Sociais, regulamentada pela Lei nº 8.246, de 22/10/91, e pelo Decreto nº 371, de 20/12/91, o Estado de Minas Gerais adota as mais modernas tendências administrativas, que preconizam a descentralização e a flexibilização administrativas.

O projeto em exame apresenta, no entanto, alguns pontos que requerem melhor exame e mais adequado tratamento legislativo, para que sejam evitados problemas futuros. Um deles diz respeito à constituição do patrimônio da nova entidade, que tem tratamento contraditório no corpo do projeto.

Outro ponto que merece redobrada atenção diz respeito à política de pessoal, que engloba também o processo de absorção de pessoal ora lotado na FHEMIG. Presume-se, pela leitura do projeto e pela própria experiência prática, que o SEMUR procurará aproveitar pessoal especializado ora em exercício no Hospital João XXIII. Entretanto, podem ocorrer problemas relativos ao posicionamento dos servidores, à sua aposentadoria e ao seu direito à estabilidade, na medida em que esses servidores deverão optar entre a permanência no regime estatutário ou a inclusão no regime celetista.

Para sanar alguns desses problemas, emendas deverão ser apresentadas ao projeto, em etapa posterior de sua tramitação.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.263/94 no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 1994.

Jorge Hannas, Presidente - Agostinho Patrus, relator - Célio de Oliveira - Antônio Carlos Pereira (voto contrário) - Wilson Pires (voto contrário).

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Governador do Estado, a proposição em exame autoriza o Executivo a instituir o Sistema Estadual de Medicina de Urgência - SEMUR - e dá outras providências.

Inicialmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria.

Posteriormente, a Comissão de Saúde e Ação Social opinou pela aprovação do projeto na forma proposta.

Em seguida, a Comissão de Administração Pública manifestou-se pela aprovação da proposição em sua forma original.

Agora, vem a matéria a esta Comissão a fim de receber parecer.

Fundamentação

A proposição em tela não encontra óbice do ponto de vista financeiro-orçamentário. Observamos, ainda, que a matéria reveste-se de grande alcance social, merecendo prosperar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.263/94 na forma proposta.

Sala das Comissões, 28 de dezembro de 1994.

Jorge Hannas, Presidente - Agostinho Patrus, relator - Antônio Carlos Pereira - Wilson Pires.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

617ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 27/12/94

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, galeria; esta, na verdade, deve ser a última reunião ordinária que fazemos nesta sessão legislativa da 12ª Legislatura da nossa Assembléia de Minas.

Gostaria de externar os meus agradecimentos ao Deputado Romeu Queiroz, nosso Líder do Governo, durante as sessões legislativas de 93 e 94, pelo fato de o ilustre Deputado ter-me convidado para ser seu Vice-Líder nesta Casa.

Sendo a última reunião ordinária, momento apropriado para pequenos pronunciamentos, gostaria que os Deputados entendessem nossas palavras de agradecimento e de gratidão ao Deputado Romeu Queiroz. Ao nos convidar, aceitamos trabalhar com ele, neste biênio 93-94, e o fizemos com grande satisfação e aprendizado para nós. Na verdade, convivemos com o Deputado desde 1987 quando entramos nesta Casa e, durante esse tempo, aprendemos a admirá-lo e a reconhecer suas virtudes. Tivemos também a oportunidade de trabalhar com ele no biênio 91-92 na Mesa Diretora e, mais uma vez, se fez clara a liderança do ilustre Deputado.

Ao término dos nossos trabalhos, gostaria, então, de ocupar esta tribuna para tornar público o nosso preito de gratidão ao ilustre Líder do Governo desta Casa, Deputado Romeu Queiroz.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar todos os nossos companheiros Deputados, que conosco trabalharam nestes quatro anos. Muito obrigado.

O Deputado Roberto Amaral* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, distinto e seletto público que nos vê e que nos ouve, representantes da imprensa, dirijo-me a vocês, Deputados e Deputadas, e a todo o povo mineiro, neste momento em que se encerra a 12ª Legislatura. Estas palavras, ora proferidas, são produto das reflexões sobre minhas atividades nestes anos e o resultado das urnas.

Ao receber mais votos nesta eleição do que naquela que me trouxe a esta Casa, entendi que os eleitores de minha região me deram um grande voto de confiança. Outros, mais do que eu, receberam votação e reconhecimento ainda maiores. Por isso, eu os cumprimento.

O mandato que nos é outorgado, nem sempre é fácil de ser exercido. Nós, detentores da representação popular, fomos dissecados nesse período turbulento da política nacional, que se iniciou com a queda de um Presidente da República. Nunca a história do Brasil registrou fatos de natureza tão cruel contra o Poder Legislativo, com acusação contra Senadores e Deputados através dos meios de comunicação. Processos e cassações generalizaram-se, de tal forma que se permitiu, durante algum tempo, tornar-se desonroso o título de deputado.

Fomos, todos, achincalhados e, erroneamente, encolhemo-nos aceitando, placidamente, verídicas acusações a uns poucos como se coubessem a todos nós. Tornaram-se públicos nossos salários, como se fosse vergonhoso recebê-los, quando a vergonha está em não receber e manter o mesmo padrão de vida, sem explicar as origens dos ganhos.

Não demos, na hora certa, o nosso brado de protesto. Nesta Casa, como em todas outras deste imenso País, têm assento exemplos da mais alta probidade e respeitabilidade. Houve momentos em que se levaram ao ar programas mostrando alguns plenários quase vazios. Nossa função foi definida, única e exclusivamente como a de estar presente em plenários, para votar leis. Ano após ano, votando leis, construiríamos um acervo irresponsável e juridicamente inadotável.

Não! Essa não é a nossa única função. Seria reduzir a nobreza do cargo a uma simplicidade elementar; a uma presença física, relegando a um segundo plano, inclusive, nosso dever constitucional de fiscalização e controle.

O conhecimento dos anseios populares, das reivindicações regionais, das necessidades locais é que delineiam e esboçam as leis. O enclausuramento nos plenários conduziria ao desconhecimento dos fatos, à miopia da realidade e à incapacidade do debate

consciente.

Sinto-me gratificado de ter dado a Minas Gerais as leis de política agrícola e de recursos hídricos, de ter dado à minha região o programa de abastecimento d'água para comunidades rurais - Programa Minas d'Água, hoje em execução pela COPASA.

A verdade, nobres companheiros, que precisa ser mostrada de forma plena e clara, é que, embora não possamos cumprir, exigem-nos a onipresença. Nossas bases eleitorais cobram presença constante em seminários, comissões, secretarias de Estado e autarquias; reuniões políticas, locais e regionais; solenidades; estudo de projetos de lei e pareceres; pronunciamentos; atendimento a prefeitos, vereadores e lideranças; comparecimento às audiências públicas; acompanhamento da implantação das propostas apresentadas - isto é parte do nosso mundo - grande como Minas, múnus de homens públicos.

Nobres Deputados e Deputadas, cabe àqueles que foram reeleitos e àqueles que chegam a esta Casa uma missão grandiosa: além de restabelecer a pujança do Poder Legislativo, ajudar a construir o novo Brasil, agora que renasce a esperança.

Estamos no limiar de uma nova época. O próximo ano, 1995, será o grande divisor de águas. No horizonte, antes negro, desponta a luz da aurora, tão ansiosamente esperada. Temos um povo sofrido, mas forte, que sabe e saberá lutar por um futuro melhor, que não seja só para si, mas para seus filhos.

Mesmo que eu não esteja munido de um diploma, isto posso asseverar, com plena convicção: continuarei a participar desta caminhada para o futuro melhor. Vamos continuar a luta para que Minas Gerais e o Norte de Minas continuem prosperando, para que filhos do povo altaneiro continuem tendo escolas, hospitais, estradas, empregos, enfim, desenvolvimento. E que tenhamos condição de conviver com a seca, que ano após ano assola a nossa região.

Que, num futuro próximo, nunca mais se fale em cestas básicas, cobertores, caminhão-pipa, programas temporários de leite, implantados para mascarar a miséria. Não! Temos que erradicar isto do Norte de Minas e de toda as Minas Gerais.

Antevejo emprego pleno, chaminés de indústrias, redes de eletrificação, agropecuária e agroindústria fortes e vigorosas e um comércio atuante.

Quero uma vez mais ressaltar o Governo Hélio Garcia - sério, honesto e austero, mas com obras e realizações reconhecidas por todos os mineiros, como pode ser comprovado na notícia veiculada no jornal "Estado de Minas" de hoje. Segundo pesquisa, ele conseguiu 79% da avaliação positiva para seu governo, confirmando o grande estadista que é:

"Garcia encerra seu governo com boa aceitação popular.

O Governador Hélio Garcia deixa o Palácio da Liberdade no dia 1º de janeiro com dois bons motivos para comemorar. Além de eleger o seu sucessor, ele transfere o governo para Eduardo Azeredo com índices positivos de avaliação popular da sua administração.

Segundo pesquisa do Instituto Vox Populi, realizada no período de 17 a 21 deste mês, em 126 municípios, Garcia obteve 79% de avaliação positiva do seu governo, somadas as classificações de ótimo (6%), bom (35%) e regular (38%). Apenas 7% dos 2.477 entrevistados consideraram o seu governo ruim e 8% péssimo. Seis por cento não souberam avaliar o governo Hélio Garcia.

Em pesquisas anteriores, os números não foram tão positivos para o Governador mineiro. Em 22 de junho de 1993, ele detinha os piores índices de aprovação do seu governo. Naquela época, em pesquisa elaborada pelo Instituto Datafolha e publicada no "Estado de Minas", 35% dos entrevistados consideraram o seu governo ruim/péssimo; 15% ótimo/bom; e 44%, regular. "Não há nada a estranhar", afirmou na época o Governador, argumentando que até aquele período o seu governo voltou-se para os ajustes internos, enquanto arrumava a casa para o início do programa de obras.

Na última semana do seu governo, Hélio Garcia terá uma intensa agenda de compromissos. Hoje, por exemplo, logo após condecorar com a Medalha da Inconfidência o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Humberto Motta, e o superintendente regional da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, Homero Diniz, ele participa da solenidade de lançamento do livro "Magalhães - Navegando contra o Tempo", escrito pelos jornalistas José Geraldo Bandeira de Mello e Roberto Drumond. As duas solenidades serão no Palácio da Liberdade.

Amanhã, Garcia assina, às 11h, convênio entre o Governo de Minas e a Fundação Israel Pinheiro. O Estado vai doar à Fundação um terreno em Caeté, para construção do Memorial Israel Pinheiro, ex-Governador de Minas, natural daquela cidade. Logo após, ele assina autorização para a construção do Hospital da Polícia Civil.

Na quinta e sexta-feiras, o Governador deverá visitar algumas cidades do Triângulo, a fim de participar da inauguração de algumas obras realizadas pelo seu Governo, incluindo prédios escolares e 1.700km de estradas."

Nosso Governador Eduardo Azeredo não só dará continuidade a esse trabalho mas também ampliará as fronteiras do progresso, de desenvolvimento e do crescimento de Minas.

Que os Senadores, Deputados Federais e Estaduais, que todos se irmanem para a grande tarefa que se lhes apresenta - construir o novo Brasil.

Neste momento, queremos reafirmar a nossa fé e a nossa crença no Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para realizar as mudanças de que tanto o Brasil precisa. Que os cinco programas apresentados em sua campanha eleitoral e simbolizados pela mão sejam efetivamente concretizados. Que o passado, corroído pela inflação, seja apagado, que a luz inunde a nossa terra e que dela surja o progresso.

Desta Assembléia, plena de valores pessoais dos mais insignes, renovada com tantos outros, partirá - não tenho dúvidas - o grande apoio para o sucesso das reformas de que tanto necessita o País. Exemplos nos foram dados pelos Presidentes desta Casa - Deputados Romeu Queiroz e José Ferraz - e por seus companheiros de Mesa. Posso e devo citar a criação da CIPE-São Francisco, O Parlamento das Águas, a Escola do Legislativo e as Audiências Públicas Regionais, o sistema Assembléia "on-line".

Quero, ao finalizar, cumprimentar e dar um abraço a todos os meus nobres pares desta 12ª Legislatura. As amizades que aqui adquiri sobreviverão, tenho certeza, à efemeridade de um simples quadriênio.

Nesse abraço, o meu muito obrigado, pelo tanto que me deram, pelo carinho com que me trataram e pelo tanto que me ensinaram.

Esse abraço, quero dá-lo, também, a cada um dos eficientes e competentes colaboradores e funcionários desta Casa. Quero exaltar e enaltecer o trabalho desenvolvido por todos os setores, nos quais cumprimento a cada um e a todos. Refiro-me a Diretoria-Geral; Secretaria-Geral da Mesa; às Secretarias Temático-Processual, de Projetos Especiais, de Assuntos Especiais, Administrativo-Operacional, de Assistência e Administração de Pessoal, Administração Financeira, de Comunicação Institucional, de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, à Escola do Legislativo e à Procuradoria-Geral. Enfim, a todos, sem exceção, o que lhes devo não se paga com um simples abraço, mas sei que saberão, na grandeza de seus corações, reconhecer, neste gesto, a minha gratidão.

Os meus amigos e os que trabalharam e que trabalham em meu gabinete, poderei abraçar um a um e dizer-lhes o meu muito obrigado. Mas, quero que fique publicamente registrado o meu reconhecimento pelo trabalho que desenvolveram - foram, acima de tudo, leais companheiros e companheiras.

Permitam-me, nobres companheiros, que eu use este local para pedir desculpas - desculpas à minha família pelas noites em que o dever me fez estar ausente, pela falta de horário, pelas viagens intermináveis, pelas reuniões fora de hora, pelos fins de semana que não passamos juntos, pelas férias inexistentes. Tive de minha esposa e filhos a total compreensão e apoio, assim como de toda a minha família - minha mãe, meus irmãos e irmã.

Quero, agora, atender a um anseio reprimido, há tanto tempo. Quero tomar-lhes as mãos e caminhar assim, despreocupado e feliz. Estou de volta - sou, novamente e inteiramente, esposo e pai. Até o momento de, quem sabe quando, começar de novo.

Quero, neste apagar de luzes do ano de 1994, desejar a todos que aqui continuam e aos que virão, que em 1995 transformemos a intenção em gesto, a idéia em ação, a palavra em exemplo, fazendo realidade o sonho de um Brasil melhor, mais próspero e mais justo e que todos tenham um feliz Ano Novo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Pinheiro - Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento, cujo teor é o seguinte:

"Sr. Presidente, o Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. sejam enviados votos de congratulações com os membros da Diretoria da Associação Comercial de Minas - ACM -, cujo mandato se encerrou no dia 6 do corrente, na pessoa do seu ex-Presidente, Dr. Lúcio Benquerer, pela brilhante gestão de seu mandato, quando aquela Associação alcançou projeção especial no quadro nacional.

Tivemos a oportunidade de acompanhar, nesses quatro anos, a elogiável preocupação com o social, notadamente com relação aos chamados meninos e meninas de rua, de onde advieram parcerias importantes, com a PM, a Prefeitura Municipal e o UNICEF. Este tema, antes visto com certa reserva pelo nosso empresariado, hoje é abordado com visão diferente, de justiça e fraternidade, tendo-se alcançado alto nível de consciência da responsabilidade social da classe empresarial.

Nessa mesma linha de atuação social, a ACM desenvolveu campanhas meritórias, como a Santa Casa - Santa Causa, a dos portadores de deficiência abrigados na Caminhos para Jesus e a de Valorização dos Símbolos Nacionais, com a distribuição do Kit Cidadão.

Por fim, mas não menos importante, destaca-se, entre as muitas e importantes iniciativas da Diretoria cujo mandato se encerrou, o já tradicional Café Parlamentar, onde foram discutidos temas de relevante interesse para Minas e para o Brasil. Os empresários mineiros extrapolaram os limites regionais, mostrando a real importância do pensamento mineiro no cenário político e econômico nacional.

É de justiça a homenagem que assim rendemos a essa administração dinâmica e competente, pelos bons serviços prestados ao Estado e ao País."

Do mesmo modo, Sr. Presidente, encaminho o seguinte requerimento:

"Sr. Presidente, o Deputado que este subscreve, na forma regimental, informa a essa

Mesa a realização da eleição para a Diretoria da Associação Comercial de Minas - ACM - e a conseqüente posse dos eleitos, ocorrida no dia 6 do corrente. A chapa eleita para o quadriênio 95-98 é encabeçada pelo Dr. Francisco Américo Mattos de Paiva.

Na oportunidade, requer a V. Exa. sejam enviados nossos votos de congratulações com a Diretoria eleita, na pessoa do seu Presidente, Dr. Francisco Américo Mattos de Paiva, desejando-lhe uma feliz e profícua administração, na certeza de que, ali, Minas continuará sendo o centro de referência e de reflexões para a solução dos problemas regionais e nacionais."

Para concluir, Sr. Presidente, quero dirigir algumas palavras de agradecimento pelos dois anos que aqui passei em convívio com os nobres amigos, desejando-lhes, igualmente, um ano feliz, profícuo e voltado sempre para a busca da justiça e do bem-estar do nosso povo. Como eu, muitos colegas aqui não voltarão e, permitam-me destacar um nome, cuja ausência esta Assembléia muito sentirá: refiro-me ao nobre Deputado, nosso companheiro, Adelmo Carneiro Leão.

Os outros fazem falta, igualmente, mas, este Deputado tem uma característica diferente. Vi isso em conversa com os demais colegas e lamento sua ausência.

Desejo aos senhores um ano novo feliz. Minas tem que apontar o caminho para o Brasil; Minas tem, hoje, um Governador com um passado limpo e ideais transparentes; Minas vai marcar uma nova época para o Brasil junto com o ilustre Presidente Fernando Henrique Cardoso, que elegemos. O povo espera, o povo merece, o povo está cansado, mas não perdeu as esperanças ainda. Muito obrigado e felicidades para os senhores, neste próximo ano.

O Deputado Wilson Pires - "Senhor Presidente, Senhores Deputados, mesmo não me reelegendo para a próxima legislatura, não cessará a minha luta, principalmente na defesa das regiões mais esquecidas do nosso Estado, que são os vales do Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus, forçando o Governo a dar provas concretas de suas intenções a respeito dos problemas vitais para a sobrevivência e o progresso de minha região e do povo de Minas Gerais.

Tudo o que aqui pleiteamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o fazemos não como quem pede favores, mas como quem reclama medidas do interesse público, no cumprimento do seu dever, para com aqueles que nos deram os seus votos, confiando no nosso passado, de profissional da medicina e de cidadão, fazendo honra e justiça aos nossos propósitos, ainda mais na possibilidade de um entendimento com os homens do Governo, que promovessem um mínimo de confiança, para não dizer harmonia, indispensável ao estabelecimento de uma obra administrativa e legislativa que solva, que resolva ou que ao menos equacione e enfrente com o necessário sentimento de urgência os graves problemas que afligem a vida do povo dos vales do Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus, e de um modo geral do povo mineiro.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ocupo esta tribuna por dois motivos: Se, por um lado, me entristece ser a última vez que o faço nesta legislatura, por outro, me traz recordações de grandes debates que aqui travamos com ilustres companheiros desta Casa. Sinto-me desvanecido pela oportunidade que me é oferecida nesta hora, de poder ressaltar no meu depoimento final a grande honra que tive em permanecer durante quatro anos com colegas que engrandecem o Poder Legislativo de Minas Gerais.

Vale recordar, ainda que rapidamente, o exemplo de galhardia e insistência que nos legam os companheiros mais experientes, quando a cada um de nós assaltam momentos de desalento e perplexidade. É nesse gerador de energia e de esperanças sempre renovadas que vamos buscar razão e inspiração para levar adiante a nossa vida pública, espelhada na dos companheiros de maior formação moral desta Casa Legislativa, que só o verdadeiro espírito e sentimento altruísta pode indicar a quem tem olhos para ver e coração para sentir. Estejam certos, companheiros, de que voltaremos, para que juntos possamos enfrentar com firmeza e decisão possíveis horas dramáticas que haveremos de poupar aos nossos irmãos menos favorecidos.

Quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao assomar hoje a esta tribuna, pois talvez seja esta a última vez que aqui falo como representante do Nordeste Mineiro, prestar contas do exercício do meu mandato.

Freqüentei efetivamente as sessões da Assembléia e de suas comissões. Procurei o melhor dos entendimentos com os meus pares, dentre os quais fiz muitos amigos. Debates inúmeras vezes e, mesmo no calor das discussões e na defesa dos pontos de vistas e da ideologia de cada um, mantivemos o respeito.

Procurei colocar, acima de tudo e de todos, os interesses do Nordeste de Minas e dos mineiros, acima das minhas fraquezas e vaidades pessoais. Combati o bom combate, me envaideci, decepcionei-me, mas procurei manter a dignidade do meu mandato.

Aqui chego ao fim, escuso-me por tomar o tempo da Casa, mas peço a honra da atenção dos Senhores Deputados para a conclusão do meu discurso de despedida. E apenas, então, lamento a perda do meu mandato, como lamento desde já a falta que sentirei daqueles dos quais aprendi a gostar e admirar.

Na convivência desses quatro anos, quero, contudo, apenas salienta, e isso com grande alegria, com justificado entusiasmo, com renovada confiança, o extraordinário

valor da palavra "livre", que pronunciamos nesta Casa, pois só ela é capaz de inquietar, desassossegar, desentocar as forças mais profundas, mais poderosas e mais ocultas que mexem nos cordões do teatro de marionetes em que está transformada a vida pública brasileira. Tudo o que nestes tempos se tem demonstrado me leva a crer que o valor da palavra "livre" é, nestes episódios, a grande lição a se extrair do seu bojo.

Essa lição não é só para nós, mas para a nossa juventude, para os Deputados mais novos, a fim de que não nos deixemos entibiar ou desanimar pelas vicissitudes. Que a liberdade de palavra leve às suas consciências a certeza de que, quaisquer que sejam os amargores e os dissabores, nada há que mais recompense do que ver como se desencadeia a relação furiosa ante o simples valor de uma palavra inerme.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se perder as eleições é cruel, é um sacrifício, me faz lembrar aquela velha comparação, cada vez mais nova porque mais atual, de que se serviu a Palavra do Senhor no Evangelho. Há certos exemplos, há certos sacrifícios que participam da natureza do processo que se efetua com as sementes: elas primeiro precisam morrer no fundo da terra escura para que desabrochem os frutos da sua morte aparente. Se assim entender o Senhor, faça da derrota deste ex-companheiro o mesmo que a uma semente, para que eu possa, com uma futura vitória, desabrochar e fazer renascer um futuro convívio com todos vocês. Os homens dizem adeus e as palavras dizem até breve. É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A Deputada Maria Elvira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiras Deputadas Elisa e Maria Olívia, hoje, estava inscrita para falar no 1º Expediente para, num pinga-fogo, fazer algumas considerações, tendo em vista que hoje é a nossa última reunião ordinária. Gostaria de pedir algo, tendo em vista que não posso usar a palavra durante o 2º Expediente, porque recebemos aqui duas comitivas realmente importantes, que entregaram a esta Casa dois projetos que queria realçar, já que, como membro da Comissão de Meio Ambiente que fui, durante vários anos, sempre discutimos e estudamos o problema do saneamento básico, realmente básico na vida e na saúde do povo mineiro e, até hoje, faltaram pai, mãe, padrinhos, interesse político e vontade para atacar de frente o problema do saneamento básico.

Este projeto vem em muito boa hora, assim como também a política cultural do Estado. Quero cumprimentar o Governo, os Secretários, a COPASA e os Deputados Adelmo Leão e Ronaldo Vasconcellos, que muito se empenharam nesse trabalho.

Existem algumas coisas que eu não gostaria de deixar de falar, Sr. Presidente, pois como todo mundo já sabe, sou uma das Deputadas que deixa esta Casa, só que rumo à Câmara Federal, em Brasília. Sou a única Deputada, aqui da Casa, que vai para a Câmara. Sinto-me mais responsável ainda por levar a voz de Minas, por levar a mulher de Minas e por levar o conjunto de idéias com as quais trabalhamos nesses oito anos, nesses dois mandatos como Deputada Estadual. Não pretendo, aqui, fazer um relatório do que foi feito nesses oito anos, até porque sempre tive o costume de publicar um boletim informativo, enviado não só aos meus eleitores, como aos meus colegas, aos companheiros de partido e às lideranças femininas. Então, ao longo desses oito anos, creio que sempre prestei contas do que estava fazendo.

Hoje, gostaria de tecer alguns comentários, vários, como se não fosse uma despedida, até porque não gosto muito de despedidas. Mas queria, em primeiro lugar, falar alguma coisa que interessa muito, também, ao meu amigo Paulo Navarro, que não se encontra aqui nesse momento. Mas tanto ele como eu lutamos muito por essa realização e ela aconteceu. Aconteceu no dia 12/12, dia do aniversário de Belo Horizonte, quando foi inaugurada, pela Secretária da Cultura, Celina Albano, e pelo Presidente da Fundação Escola Guignard, George Helt, a sede da Escola Guignard. Vocês não podem imaginar a alegria que sinto ao dizer isso, porque, já há oito anos nesta Casa, lutamos para tirar a Escola Guignard do Parque Municipal, onde ela sempre esteve instalada, mas muito mal instalada nos últimos tempos. Agora, ela tem uma nova sede em pleno Mangabeiras.

Queria dizer o seguinte a este respeito, Sr. Presidente, Srs. Deputados: Augusto Rodrigues, grande professor e artista recentemente falecido, representou para o Rio de Janeiro, com sua Escolinha de Arte do Brasil, o que outro grande artista fez pela cultura e pelas artes plásticas em Minas Gerais: o mestre Alberto da Veiga Guignard.

Há poucos dias, a cidade de Belo Horizonte teve motivos de sobra para se alegrar: um dos eventos que marcaram seus 97 anos de existência foi a inauguração da nova sede da Escola Guignard em terreno cedido pela Prefeitura no Bairro Comiteco, Mangabeiras. Num espaço físico privilegiado, numa reserva ambiental de Belo Horizonte, em meio a mananciais e à flora natural das montanhas que tanto embelezam e marcam nossa paisagem planta-se agora, enfim definitivamente, esse centro de arte, criação e pesquisa: a Escola Guignard, incorporada, há pouco, pela UEMG.

Saberão seus mestres e alunos respeitar o entorno da escola, pois ninguém mais do que eles para reconhecer e amar a riqueza e o significado ecológico deste lugar. A comunidade do Comiteco e do Mangabeiras, tenho certeza, só terá motivos de orgulho por abrigar a Escola e ver florescer o espírito e a cultura nas proximidades de suas

residências.

Idealizado por Juscelino Kubitschek, o saudoso JK, por Guimarães Menegale, seu Secretário de Cultura, e por Guignard, o então Instituto de Belas Artes, que nasceu em 1940, opôs-se ao academicismo e à falta de liberdade da arte oficial e constituiu-se na expressão do modernismo mineiro, como bem o reconheceu Mário de Andrade. O instituto sobreviveu, não sem luta, por vezes sustentada apenas nas asas dos sonhos dos que o conceberam.

Dizia Juscelino, quando Prefeito de Belo Horizonte, que "o nosso Instituto deve conservar as janelas franqueadas a todas as tendências, preferências ou ambições claras e legítimas, sem embargo de sua orientação própria para os ideais perpetuamente renovados de arte e beleza."

A filosofia que passou a animar suas práticas pedagógicas e didáticas erigia a liberdade como máxima regra da criatividade e da educação que a favorece. Daí o sempre reconhecido caráter informal e nunca acadêmico de seu ensinamento. Essa informalidade nunca dispensou a disciplina e a responsabilidade do artista. Os acadêmicos instauram escolas tecnicamente perfeitas, mas fracassam inapelavelmente na efusão da criatividade artística. Os acadêmicos, em regra, fracassam na educação artística, louvando uma falsa concepção de arte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, juntamente com George Helt, atual Presidente da Guignard, parabenizamos o Governo do Estado, que empenhou-se em dar andamento à obra que facultou essa realização. A Escola Guignard não pôde continuar funcionando no Parque Municipal, pois as obras de adequação foram embargadas para impedir o corte de árvores daquele outro grande acervo da cidade. Ou beneficiava-se a Escola ou o Parque Municipal.

Creio que a solução encontrada foi a melhor: a escolha de outro local para o funcionamento da instituição, busca essa da qual eu mesma participei, empenhando-me até que se encontrasse a solução definitiva.

É com grande satisfação, portanto, que comunico de público a definitiva incorporação da Escola Guignard à nossa paisagem, ao espírito e ao coração mineiro e belorizontino.

Sr. Presidente, queria, também, agradecer, especialmente ao Deputado José Ferraz, à Mesa desta Casa e aos Deputados, pelo espaço que ontem à noite tivemos aqui, neste Plenário, para comemorar juntos os 90 anos do Colégio Izabella Hendrix e os 60 anos do Colégio Anchieta. Foi uma noite bonita, com muitos estudantes, professores, diretores e discursos que, naturalmente, falaram da educação, falaram do passado e falaram do futuro da nossa Belo Horizonte e das nossas Minas Gerais. Quero prestar, para que todos saibam, uma homenagem especial ao Prof. Ulisses de Oliveira, que não pôde comparecer, porque está acamado, sofreu uma cirurgia séria, mas já se encontra bem. Mas, mesmo assim, conseguimos realizar aqui, na casa do povo de Minas Gerais, uma homenagem justa e merecida a duas escolas das mais importantes de Minas, tradicionais, e eu, como ex-aluna desses colégios, o Instituto Izabella Hendrix e o Colégio Anchieta, pude, com muita alegria, naquela solenidade, participar, aplaudir e falar.

Quero, também, fazer outro comentário, Sr. Presidente. Esse, com relação à mulher, pois são fatos que acontecem no cotidiano e que precisamos registrar, alguns bons e outros ruins, e, como isto foi a tônica da minha atuação nesta Casa, pretendo levar para a Câmara Federal, em Brasília, de novo e sempre, a mensagem da mulher, os problemas da família, os problemas que envolvem a mulher no trabalho e na família. Recebi, no último dia 13/12 uma carta do Com. Rolim Adolfo Amaro, Presidente da Transportes Aéreos Marília - TAM -, considerada, hoje, a empresa nº 1 em serviços aéreos no Brasil. Nessa carta a mim dirigida, ele agradece correspondência que lhe enviei, cumprimentando-o pela primeira contratação de uma mulher como piloto comercial de empresa aérea brasileira. Quero, portanto, deixar registrado que a TAM, que é uma empresa privada, uma empresa que, a cada dia, se afirma no cenário nacional e na aviação, contratou a primeira mulher como piloto comercial. Registrei o seguinte trecho, numa carta dirigida ao Com. Rolim, que me respondeu agradecendo os cumprimentos e dizendo: "Tenho plena certeza do sucesso profissional que ela, como profissional competente, demonstra possuir." Creio que esse é um registro que deve constar nos anais da história de Minas Gerais, nos anais das mulheres profissionais de Minas Gerais.

Também, Sr. Presidente, queria dizer uma outra coisa. É de minha autoria, nesta Casa, e acredito que foi uma das coisas mais importantes com que pude contribuir no parlamento mineiro para a saúde pública do povo de Minas Gerais, o projeto que deu origem à Lei nº 11.335, já sancionada pelo Governador Hélio Garcia, assinada pelo Dr. Evandro de Pádua Abreu, pelo ex-Secretário José Saraiva Felipe e pelo Dr. Kildare Gonçalves Carvalho, e publicada no "Minas Gerais".

Essa lei, que dispõe sobre a assistência integral, pelo Estado, à saúde reprodutiva da mulher e do homem, vai ao encontro de algo que está nos preocupando muito e que foi motivo de pronunciamento nosso, há poucos dias, nesta tribuna. Falamos, então, de

mais um ano do problema da AIDS, ou seja, do problema que pressiona a sociedade brasileira - a AIDS - e do grande número de aidéticos.

A revista "Isto É" focalizou, na semana passada, o grande número de mulheres heterossexuais transmissoras da AIDS, portanto, mulheres contaminadas pelos seus companheiros. E sobre isso fiz um pronunciamento desta tribuna. Mas, lendo a "Folha de S. Paulo" do dia 2/12, encontrei um editorial, que gostaria que ficasse registrado nos anais desta Casa e fosse também publicado no "Minas Gerais". (- Lê.)

"Mais Um Ano com Aids

Passou-se mais um Dia Mundial de Luta contra a Aids sem que nenhuma grande novidade no campo científico trouxesse maiores esperanças para os milhões de infectados pelo vírus HIV. Pelo contrário, as notícias que chegam a respeito da doença são desoladoras.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) calcula que, a cada 24 horas, 6.000 pessoas sejam infectadas pelo vírus. Até o final do milênio, os contaminados deverão ser 40 milhões, sendo 10 milhões de crianças.

Diferentemente de outras moléstias fatais como alguns tipos de câncer, a Aids traz consigo um terrível estigma, um fardo a mais que pode aniquilar a alma daqueles que já estão debilitados de corpo.

A Aids surgiu no início dos anos 80 apelidada pelos jornais sensacionalistas de "peste gay". De fato, homossexuais masculinos, hemofílicos e viciados em drogas injetáveis constituíam os grupos de maior incidência relativa. Mas o perfil epidemiológico da doença vem-se alterando e, à medida que a moléstia se alastra, o termo "grupo de risco" faz cada vez menos sentido.

Esse fenômeno, contudo, não bastou para retirar o estigma associado à Aids, de modo que os que padecem da doença ou carregam o vírus são freqüentemente vítimas de virulento preconceito, abandonados pela família e por amigos, como se a culpa de estar doentes fosse deles mesmos.

Pior até, a idéia rapidamente disseminada de que a Aids atingia apenas os que se incluíam na categoria de grupo de risco deu a muitas pessoas uma falsa sensação de segurança. Pensava-se: "Não sou homossexual nem hemofílico e não uso drogas injetáveis, logo, por que me preocupar?" O custo desse tipo de comportamento pode ser facilmente verificado nos números da doença, que já pode ser classificada como uma pandemia.

No estágio atual das pesquisas, a Aids não tem cura e é fatal. Só existem dois remédios. Para quem não contraiu o vírus, a prevenção - leia-se, o uso de preservativos e seringas descartáveis e o atento controle do sangue e de seus derivados. Para os que já foram infectados, a solidariedade."

Sr. Presidente, chegou às minhas mãos um folheto que diz: "Vamos juntos contra a Aids, de mãos dadas com a vida." Eu queria cumprimentar o programa nacional do Ministério da Saúde, cujo título é "Brasil - União de Todos". São usadas as cores azul e rosa, mostrando que se trata de um programa para o homem e para a mulher. Assim, é algo que está sendo feito em nível nacional. Mas é necessário conscientizar os legisladores e a opinião pública de que se trata de uma pandemia, como diz o editorial da "Folha de S. Paulo".

Sr. Presidente, nossa lei, a Lei nº 11.335, de 20/12/93, no § 8º do art. 1º, trata da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Isso é algo que a saúde pública, mineira e brasileira, tem que assumir, seja orientando o adolescente, a família e o casal, no posto de saúde, no hospital, na policlínica, no posto municipal, lá no distrito distante de uma cidade pequena de Minas. Essa mensagem tem que chegar lá, e esperamos que essa lei, de nossa autoria - realizada com o apoio de muitos companheiros e companheiras da área médica, inclusive da Faculdade de Ciências Médicas -, consiga, como se diz, emplacar e que saia da gaveta e não seja apenas mais uma lei sancionada pelo Governo do Estado.

Sr. Presidente, por falar na mulher, apesar da nossa conquista com a contratação da primeira mulher como piloto comercial do Brasil, quero dizer que, infelizmente, no mês de novembro passado, ocorreu o recorde em agressões à mulher em Minas Gerais. Isso é muito triste, Sr. Presidente. Estão no jornal "Hoje em Dia", na pág. 12, do dia 4/12, alguns números a esse respeito. O mês de novembro fechou com 311 casos de lesões corporais contra a mulher, 231 casos de morte, 21 estupros e tentativas, 16 casos de sedução e corrupção de menores, 4 atentados violentos ao pudor, 7 crimes contra o costume, 31 crimes contra a pessoa, 1 de danos e 2 tentativas de homicídios. Isso tudo registrado em delegacia de Belo Horizonte. Esperamos que as nossas colegas, Deputadas Maria Olívia e Maria José Haueisen, os outros Deputados também, tendo em vista que agora serão apenas duas mulheres neste Plenário, continuem preocupados e lutando contra essa grande injustiça e essa grande violência que grassa na sociedade, não só contra todos, mas, principalmente, contra a mulher, que, muitas vezes, no casal, é a parte mais fraca, a mais despreparada para enfrentar as dificuldades.

Para terminar, Sr. Presidente, quero registrar também que ontem vivemos um momento muito bonito e emocionante na FIEMG, quando a jovem Irene Borba, uma moça

paraplégica, extremamente limitada física e psicologicamente, lançou seu livro "Sonho de Liberdade", patrocinado pela FIEMG e que teve o nosso apoio. Eu queria fazer um agradecimento à Federação das Indústrias por ter patrocinado esse livro da jovem Irene Borba, que é de Belo Horizonte, de uma comunidade carente, mas uma moça extremamente sensível e boa poetisa. Ela me dedica uma página e quero agradecer-lhe, de público, dizendo que foi uma alegria partilhar com ela essa emoção, esse sonho, essa realização de editar seu livro de poesia. Por falar em poesia, virei poeta ultimamente, outro dia fui ler um poema aqui, engasguei-me quando falava de semear, de sementeira, de que a vida é um ato de semear diário, cotidiano. Hoje, trouxe um poema de Carlos Drummond de Andrade que fala de algo que é muito importante, de alimentação, que diz o seguinte:

"E vieram dizer-nos
que não havia jantar
como se não houvesse outras fomes
e outros alimentos.
Como se a cidade não nos servisse
o seu pão de nuvens.
Não, hoteleiro,
nosso repasto é interior,
e só pretendemos a mesa,
Comeríamos à mesa,
se no-lo ordenassem
as escrituras.
Tudo se come,
tudo se comunica,
tudo,
no coração,
é
Ceia."

É o poema de Carlos Drummond de Andrade que deixo para os anais desta Casa para a reflexão de meus colegas e de todos nós. Obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços n° 2/95

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 3/2/95, às 16 horas, na R. Rodrigues Caldas, 79, 14° andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, a Tomada de Preços n° 2/95, para aquisição de papéis.

O edital e outras informações poderão ser obtidos no endereço acima, das 8 às 18 horas, até o dia 2/2/95.

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 1995.

Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.
